

O PANORAMA DO eSOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Luan Gonçalves de Lima
Christian Kazuo Fuzyama
Carlos José Vieira

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão da literatura científica nacional sobre a implementação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), com ênfase nos impactos organizacionais, operacionais e profissionais decorrentes da digitalização das obrigações legais no Brasil. A análise dos diferentes estudos, revela que a integração entre SPED e eSocial representa um marco na transformação da gestão pública e empresarial, ao centralizar e padronizar o envio de informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais em uma única plataforma digital. Identificam-se como benefícios a redução da burocracia, o aumento da transparência, a automatização de processos e a ampliação da eficiência fiscalizatória. Contudo, o estudo evidencia também diversos desafios enfrentados pelas organizações, especialmente micro, pequenas e médias empresas e instituições públicas, que incluem a necessidade de reestruturação de processos internos, investimentos em tecnologia da informação e capacitação de profissionais. Destaca-se a reconfiguração do papel dos contadores, cuja atuação passou a exigir competências estratégicas voltadas à gestão integrada da informação e à conformidade normativa. Por fim, propõe-se uma agenda de pesquisa que contemple os efeitos da implementação desses sistemas sob múltiplas perspectivas — incluindo trabalhadores, profissionais da contabilidade e gestores públicos —, com vistas a orientar estratégias institucionais e aprimorar a efetividade da transição digital no cumprimento das obrigações legais no país.

Palavras-Chave: SPED; eSocial; Contabilidade; Revisão Sistemática da Literatura.

1. Introdução

A implementação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), integrante do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), representa uma mudança paradigmática na forma como as organizações brasileiras registram e transmitem suas obrigações legais. Instituído pelo Decreto nº 8.373/2014 (BRASIL, 2014), o eSocial tem como finalidade unificar e padronizar o envio de informações pelos empregadores, substituindo diversas declarações anteriormente enviadas de forma descentralizada, como a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), antes encaminhadas a distintos órgãos públicos, como a Receita Federal do Brasil, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Ministério do Trabalho e a Caixa Econômica Federal (BRASIL, 2019).

Essa transformação está alinhada aos objetivos estruturais do SPED, criado pelo Decreto nº 6.022/2007, que integrou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e visa modernizar os processos contábeis e fiscais por meio da digitalização de documentos, com uso de certificação digital para garantir validade jurídica no ambiente eletrônico. A convergência entre SPED e eSocial busca não apenas simplificar e racionalizar procedimentos, mas também ampliar a transparência, o controle estatal e a eficiência da fiscalização.

A centralização de informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas em uma única plataforma fortalece a governança institucional e promove maior segurança jurídica nas relações de trabalho (Almeida et al., 2020). No entanto, a implementação do sistema exige significativos esforços por parte das organizações, incluindo investimentos em tecnologia da informação, reestruturação de processos internos e capacitação profissional contínua. Esses desafios são especialmente sentidos por micro, pequenas e médias empresas (Vellucci et al., 2018) e por instituições públicas, como autarquias federais, que operam sob rígidos marcos legais e estruturas organizacionais menos flexíveis.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a produção acadêmica sobre o eSocial, enfatizando as áreas de gestão, buscando identificar as principais discussões e campos de pesquisa e contribuições presentes na literatura científica. A partir dessa análise, pretende-se propor agendas de pesquisa que possam subsidiar futuras investigações sobre os impactos organizacionais da integração entre esses sistemas. Ao refletir sobre os avanços e os desafios da transformação digital no setor público e privado, este trabalho contribui para o aprofundamento do debate acadêmico em torno da conformidade legal, da eficiência administrativa e da governança digital no Brasil contemporâneo.

Este estudo adotou como procedimento metodológico a Revisão Sistemática da Literatura (Tranfield et al., 2003), cuja aplicação tem se consolidado como estratégia rigorosa e transparente para a identificação, seleção e análise crítica da produção científica em diferentes áreas do conhecimento. O processo foi estruturado em três etapas sequenciais: (i) definição da estratégia de pesquisa; (ii) estabelecimento de critérios de elegibilidade com aplicação de filtros; e (iii) análise dos resultados obtidos. As buscas foram realizadas nas bases Web of Science, Scopus, Portal de Periódicos da Capes, SPELL e SciELO. O processo de seleção, resultou em um corpus analítico final composto por 21 artigos.

A contribuição principal do estudo reside, na análise integrativa dos diferentes enfoques presentes na literatura sobre a implementação do eSocial, abarcando aspectos operacionais, profissionais e institucionais. Ao reunir e sistematizar os achados de múltiplas investigações o artigo proporciona uma visão abrangente sobre o processo de digitalização da escrituração trabalhista no Brasil por meio do eSocial.

2. Fundamentação teórica

2.1. O projeto SPED e sua contextualização

A criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007), marcou uma das mais expressivas inovações no contexto da modernização da administração tributária e contábil no Brasil. Desenvolvido como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o SPED busca integrar, simplificar e digitalizar a entrega das obrigações acessórias por meio do uso da certificação digital, garantindo validade jurídica aos documentos transmitidos exclusivamente em formato eletrônico.

Concebido como ferramenta de governo eletrônico, o SPED visa aprimorar a qualidade da informação prestada ao Fisco, aumentar a eficiência da fiscalização, reduzir a evasão fiscal e diminuir a redundância de dados por meio do cruzamento automatizado de informações. Entre seus subprojetos mais relevantes estão a Escrituração Contábil Digital (ECD), a Escrituração Fiscal Digital (EFD), a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e o eSocial.

Nesse contexto, o eSocial, instituído pelo Decreto nº 8.373/2014 (BRASIL, 2014), representa o braço do SPED voltado à escrituração digital das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais. Trata-se de uma plataforma integrada destinada a consolidar, em um único ambiente digital, diversas declarações anteriormente encaminhadas separadamente aos órgãos públicos — como GFIP, RAIS, CAGED e DIRF — promovendo padronização, transparência e interoperabilidade entre entidades como Receita Federal, INSS, Ministério do Trabalho e Caixa Econômica Federal (BRASIL, 2015).

A proposta do eSocial se alinha aos princípios da racionalização administrativa e da simplificação das obrigações legais, assumindo papel estratégico na consolidação de um modelo de governo eletrônico e sua implementação visa garantir os direitos dos trabalhadores, facilitar a atuação dos órgãos fiscalizadores e reduzir práticas informais por meio do controle automatizado em tempo real. Do ponto de vista das organizações, os benefícios do SPED e do eSocial incluem a centralização e a uniformização de dados, o aumento da confiabilidade das informações e a eliminação de redundâncias, resultando em maior eficiência, economia e segurança nos processos de prestação de contas.

Por outro lado, a adoção do eSocial tem imposto desafios substanciais, especialmente para micro, pequenas e médias empresas (Vellucci et al., 2018). Barreiras como a complexidade normativa, a fragmentação da legislação tributária, a necessidade de revisão de processos internos e a carência de capacitação técnica têm dificultado a transição para o modelo digital (Lima et al., 2016). A sobrecarga informacional e os riscos de penalidades decorrentes de erros ou omissões exigem um esforço contínuo de qualificação profissional, especialmente na área contábil, cuja atuação se torna cada vez mais estratégica (Vellucci et al., 2018).

Portanto, o SPED e o eSocial não representam apenas uma inovação tecnológica, mas sim uma transformação estrutural nas formas de interação entre Estado e sociedade, exigindo

das organizações um novo modelo de governança informacional. Seu sucesso depende do alinhamento entre recursos tecnológicos, capacitação de pessoas e clareza normativa, reforçando a necessidade de atuação conjunta entre governo, empresas e profissionais da contabilidade.

2.2. Implementação do eSocial: Desafios

A implementação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) foi concebida como uma estratégia escalonada de modernização administrativa, conforme estipulado pelo Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2014). Com base em critérios como faturamento e natureza jurídica, o cronograma de obrigatoriedade foi dividido em fases progressivas, permitindo a adaptação gradual dos diferentes segmentos econômicos e institucionais ao novo modelo digital.

As primeiras organizações obrigadas a adotar o sistema, a partir de janeiro de 2018, foram as empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões — grandes grupos industriais, instituições financeiras e corporações com estrutura operacional robusta (Almeida et al., 2020). Em seguida, em 2019, o eSocial passou a ser exigido também das médias e pequenas empresas, incluindo tanto as optantes pelo Simples Nacional quanto aquelas fora desse regime (BRASIL, 2019; Vellucci et al., 2018).

Além das empresas privadas, a obrigatoriedade foi estendida a diferentes categorias de contribuintes. Microempreendedores Individuais (MEIs) com empregados passaram a reportar digitalmente informações como admissões, desligamentos e recolhimento do FGTS. Já os MEIs sem empregados estão dispensados, exceto em situações específicas que envolvem contratos com o setor público (ESOCIAL, 2018). Os empregadores domésticos, por sua vez, foram incluídos ainda nas fases iniciais de implementação, passando a registrar mensalmente obrigações como INSS e FGTS por meio do sistema digital, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 150/2015 (Altoé & Parteck, 2022). A Administração Pública direta, autarquias e fundações também passaram a integrar o escopo do eSocial, com prazos definidos entre 2020 e 2021. A inclusão dessas entidades visou ampliar a padronização, a transparência e o controle das contratações e vínculos mantidos com servidores e prestadores de serviços (Almeida et al., 2020).

Apesar dos avanços esperados com essa digitalização, o processo de implementação revelou inúmeros desafios operacionais (Orth & Aparecida Sousa, 2020). Micro, pequenas e médias empresas foram especialmente impactadas por limitações estruturais, como a ausência de sistemas de gestão integrados (ERP), insuficiência de infraestrutura tecnológica e falta de profissionais qualificados. A adaptação exigiu investimentos significativos em software, capacitação de pessoal e reconfiguração das rotinas internas, elevando os custos e os riscos de não conformidade.

A complexidade técnica e normativa do eSocial impôs ainda uma intensa reorganização administrativa. Empresas que não contavam com processos padronizados ou departamentos especializados passaram a enfrentar dificuldades para atender aos prazos legais e garantir a consistência dos dados enviados. A sobrecarga de trabalho e a dependência de consultorias externas tornaram-se comuns, especialmente durante os períodos iniciais de adaptação (Orth & Aparecida Sousa, 2020).

Assim, o eSocial representa uma mudança paradigmática nas relações entre Estado, empresas e profissionais de diferentes áreas. Se por um lado promove ganhos de eficiência,

transparência e controle, por outro exige uma reorganização profunda dos processos internos e a reconstrução do papel do contador como gestor estratégico da informação e da conformidade legal.

3. Método de pesquisa

Tendo como objetivo analisar a produção acadêmica sobre o tópico do eSocial no contexto gerencial, apontando suas tendências e principais desdobramentos, utilizou-se como procedimento metodológico a Revisão Sistemática da Literatura (Tranfield et al., 2003). O processo de levantamento foi dividido em três etapas: (i) definição da estratégia de pesquisa; (ii) critérios de elegibilidade com aplicação dos filtros selecionados e; (iii) análise dos resultados (Tranfield et al., 2003).

A segunda fase da pesquisa, que compreende a busca e seleção dos trabalhos foi operacionalizada da seguinte forma: os pesquisadores realizaram as buscas de forma conjunta, gerando o número inicial dos artigos nas bases especificadas. Em seguida, o processo de seleção ocorreu de forma independente e os resultados foram comparados ao final da seleção. O processo alcançou 97% de similaridade entre os pesquisadores, onde as divergências foram discutidas e resolvidas para a composição do corpus de pesquisa.

As bases de dados utilizadas foram: a coleção principal da Web of Science (WOS); A Scopus; O portal de periódicos da Capes; O portal SPELL e a Scielo. A busca da palavra-chave foi realizada no campo “tópico” e seus equivalentes (abrangendo Título; palavras-chave e resumo), aplicando o termo (1) “esocial” ou “e-social”. Conforme apresentado no Quadro I, este primeiro recorte resultou em um levantamento de 109 trabalhos. Em seguida, aplicou-se o critério de seleção de apenas artigos (101) e que estivessem em acesso aberto, resultando em 77 artigos. Não foi aplicado um critério temporal tendo em vista que o tema possui uma produção ainda recente. Além disso, restringiu-se a busca a artigos publicados dentro das áreas “Ciências humanas”; “Ciências sociais aplicadas”; “Multidisciplinar”, para centralizar as buscas nas áreas de gestão e relacionadas.

Realizou-se uma última triagem a partir da análise dos títulos, resumos e palavras-chave dispostas nos artigos, tendo em vista a seleção de trabalhos que tratassem explicitamente do tópico eSocial, em um contexto de gestão ou de sua aplicação organizacional, excluindo, por exemplo, artigos que utilizavam o e-social como dados secundários para a composição de etnografias, ou pesquisa orientação sociológica. Diversos trabalhos levantados na busca foram encontrados devido a junção equivocada dos termos “e” e “social”. Por fim, artigos arquivos duplicados entre as bases foram identificados e removidos e processo de seleção resultou em 21 artigos, que compuseram o corpus analítico final desta pesquisa.

Tabela 1. Etapas da seleção dos artigos

Etapas	Scielo	Capes	Spell	WoS	Scopus	Total
1. Busca Inicial	2	78	12	8	9	109
2. Critério “Apenas artigos”	2	76	12	6	5	101
3. Critério: “Acesso aberto”	2	55	12	6	2	77
4. Critério: Categoria: Ciências humanas; Ciências sociais aplicadas; Multidisciplinar	2	48	12	2	1	65

5. Análise dos títulos; resumos e palavras-chave	0	16	7	1	1	26
6. Remoção de Duplicados	0	14	6	1	1	22
7. Composição do corpus final	0	13	6	1	1	21

Fonte: Elaborado pelos autores

No segmento de análise de resultados, a análise foi operacionalizada em dois momentos: (i) uma análise quantitativa das publicações, onde foram discutidos os alguns indicadores bibliométricos do *corpus* e; (ii) uma análise qualitativa, onde os artigos foram submetidos a uma análise temática para a organização de suas discussões em categorias relacionadas, que permitiram a organização dos direcionamentos e discussões das pesquisas e a proposição de futuros tópicos de análise.

4. Discussão

4.1. Análise Quantitativa dos dados

A análise da configuração dos periódicos que a produção científica sobre o eSocial (Quadro II) encontra-se dispersa em diferentes áreas e estratos de qualificação, sem uma revista específica como o ponto de convergência das publicações. Observa-se predominância em periódicos das áreas de Administração e Contabilidade, embora também haja inserções em campos interdisciplinares, de Ensino, Filosofia e Ciência Política, o que revela o caráter transversal do tema. A maioria das publicações situa-se entre os estratos A2 e B3, destacando-se apenas um periódico classificado em A2 (Revista Caderno Pedagógico), enquanto parte significativa dos trabalhos foi veiculada em revistas de menor impacto (B3 e C).

Essa dispersão de publicações sugere que o tema do eSocial ainda se encontram em processo de consolidação no meio acadêmico, com crescente interesse, mas sem a formação de um núcleo de periódicos específicos ou líder em sua discussão. Dentro do campo da administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo, observa-se a predominância da área contábil como principal interessada no tópico (12 artigos). Esse predomínio aponta o impacto direto do eSocial sobre os processos e práticas contábeis, que se apresenta como a área mais sensível às transformações introduzidas pelo sistema.

Tabela 2. Periódicos, classificação e áreas temáticas

Journal	Nº de artigos	QUALIS	Área raiz
Revista Caderno Pedagógico	1	A2	Ensino
Organizações em contexto	1	A3	
Revista Catarinense da Ciência Contábil	1	A3	
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	1	A3	Adm. Contabilidade
ConTexto	1	A4	

Contribuciones a Las Ciencias Sociales	2	A4	Interdisciplinar
Revista da Micro e Pequena Empresa	1	A4	
Revista Mineira de Contabilidade	1	A4	Adm. Contabilidade
Caderno Profissional de Administração	1	B1	
Contemporânea	1	B1	Filosofia
Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro	1	B1	Ciência Política
Revista de Contabilidade da UFBA	1	B1	Adm. Contabilidade
Tecnologias para Competitividade Industrial	1	B1	Interdisciplinar
Revista GESTO: Revista de Gestão Estratégica de Organizações	1	B3	Adm. Contabilidade
Revista Humanidades e Inovação	1	B3	
Brazilian Journal of Development	1	C	Interdisciplinar
ESPACIOS	1	C	Adm. Contabilidade
Research, Society and Development	2	C	
Technology Science	1	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores

Em seguida, aparecem estudos vinculados à gestão, ao direito trabalhista e à segurança do trabalho (4 artigos). A administração pública (2 artigos) também surge como campo relevante, analisando o eSocial sob a ótica da modernização do Estado, bem como a área de recursos humanos (2 artigos) destaca as repercussões em processos da área. Por fim, os trabalhos em tecnologia da informação (2 artigos) apontam para as adaptações da gestão aos processos informatizados e de infraestrutura tecnológica.

Analisando a evolução do número de publicações por ano sobre o eSocial nas em contextos de gestão (Gráfico I), observamos um crescimento contínuo da produção científica entre 2017 e 2019, o que pode representar indica o fortalecimento de interesse acadêmico nesse período inicial, que pode representar uma primeira onda de estudos que exploraram os primeiros desdobramentos da implementação do eSocial de forma obrigatória nas empresas (Almeida et al., 2020), considerando sua implementação no Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014. Entre os anos de 2019 e 2020, o número de publicações se estabiliza em seu ponto máximo, seguido de uma queda expressiva em 2022 com a ausência de publicações relacionadas (considerando a seleção do corpus de análise), evidenciando um hiato na produção. Em 2023, há uma retomada seguida de uma leve estabilização em 2024. Essas oscilações, contudo, são acompanhadas da diversificação de áreas de estudo pelo tema e sugere que o debate está ocorrendo a partir de ondas de publicação, que aparentam acompanhar os diferentes desdobramentos do sistema nas organizações.



Gráfico I – Publicações por ano.

Fonte: Elaborado pelos autores

Finalmente, a análise do corpus deste estudo permitiu identificar três eixos temáticos principais (Quadro III): (i) Impactos Organizacionais e Operacionais do eSocial (8 artigos); (ii) Percepções e Desafios dos Profissionais Contábeis (10 artigos) e; (iii) eSocial na Administração Pública (4 artigos). Essa organização temática será abordada no segmento a seguir, onde os artigos serão discutidos e articulados em seus temas.

Tabela 3. Organização temática dos artigos

Grupo	Eixo Temático	Número de artigos	Autores
1	Impactos Organizacionais e Operacionais do eSocial	8	(Anício & Silva, 2020; Bomfim et al., 2024; Cynthiaarita & Fernandes, 2019; Pereira da Silva & Brandão, 2020; Pimentel et al., 2024; Santos et al., 2021; Sekula & Michalowski, 2018; Vellucci et al., 2018)
2	Percepções e Desafios dos Profissionais Contábeis	9	(Caon & Nascimento, 2017; Conceição et al., 2020; Dallabona & Alves de Sousa Vigarani, 2024; De Siqueira et al., 2023; De Souza et al., 2023; Muller et al., 2019; Oliveira et al., 2017; Röthers & Kappel, 2020; Silva et al., 2020)
3	eSocial na Administração Pública	4	(Borges et al., 2019; BORTOLUZZI et al., 2021; Costa et al., 2018; Sette et al., 2023)

Fonte: Elaborado pelos autores

4.2 Análise Qualitativa dos artigos

O *corpus* de artigos selecionado literatura acadêmica sobre o eSocial foi organizado em três grandes eixos: (i) o primeiro, denominado Impactos Organizacionais e Operacionais do eSocial, abrange estudos que analisam os efeitos da digitalização sobre os processos internos das empresas, destacando a necessidade de reestruturação administrativa, revisão das rotinas trabalhistas e seus desdobramentos na segurança do trabalho; (ii) o segundo eixo, refere-se às Percepções e Desafios dos Profissionais Contábeis, enfatizando a leitura dos contadores diante da implementação do sistema, os desafios e possibilidades advindas da implantação do sistema e; (iii) o terceiro eixo, concentra-se no eSocial na Administração Pública, ressaltando seu papel no processo de modernização e digitalização do Estado e de integração de diferentes âmbitos da administração pública, a melhoria da governança, bem como desafios de gestão e de adaptação das autarquias e órgãos governamentais.

4.2.1. Impactos Organizacionais e Operacionais do eSocial

Os trabalhos organizados neste segmento abordam os impactos organizacionais e operacionais do eSocial, destacando como a digitalização das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas trouxe tanto avanços quanto desafios para as organizações. Os estudos evidenciam que, embora o sistema tenha sido concebido para simplificar a escrituração e ampliar a transparência, sua implementação também representou custos adicionais e maior complexidade técnica, exigindo reestruturações internas e investimentos em tecnologia (Lima et al., 2016; Vellucci et al., 2018).

As mudanças organizacionais e gerenciais mais importantes ocorreram no campo da Saúde e Segurança do Trabalho (SST), onde alguns estudos apontaram que o eSocial fortaleceu o monitoramento ocupacional e a prevenção de riscos, ao tornar obrigatórios e mais transparentes práticas de segurança no trabalho, ampliando a fiscalização e a proteção ao trabalhador (Conceição et al., 2020; Cynthiacarita & Fernandes, 2019; Sekula & Michalowski, 2018).

No contexto empresarial, estudos apontam que a implantação do eSocial exigiu mudanças culturais e a adaptação das rotinas de gestão de pessoas, impactando fortemente os departamentos de recursos humanos, onde a obrigatoriedade de envio em tempo real e os prazos mais rígidos impuseram desafios relevantes, demandando qualificação contínua dos profissionais envolvidos (Pereira da Silva & Brandão, 2020).

Os artigos deste segmento, apontam que a efetividade do eSocial depende não apenas da adequação tecnológica, mas também da integração de áreas, da conscientização de gestores e colaboradores e da institucionalização de novas práticas organizacionais. Além disso, os estudos analisados sugerem que o eSocial representa uma transformação estrutural e cultural significativa nas organizações, reconfigurando rotinas de trabalho e exigindo maior profissionalização na gestão das informações. Essa transformação impacta não apenas os profissionais de contabilidade, mas também gestores de recursos humanos, analistas de tecnologia da informação e especialistas em segurança do trabalho, indicando a necessidade de pesquisas futuras que explorem a articulação combinada dessas competências e as estratégias de adaptação organizacional frente às demandas da digitalização.

4.2.2. Percepções e Desafios dos Profissionais Contábeis

Os artigos que foram alocados neste segmento abordam os desdobramentos recentes sobre a implementação do eSocial, com expressividade da área contábil em sua composição. Os artigos evidenciam fatores como ambiente e tecnologia exercem influência sobre a adoção do eSocial, exigindo reestruturações organizacionais e adaptações permanentes (Dallabona & Alves de Sousa Vigarani, 2024) e mapeiam percepções diversas dos profissionais contábeis, ressaltando benefícios e desafios da plataforma. Alguns autores destacam que o sistema promoveu mudanças substanciais nas rotinas contábeis ao unificar e simplificar obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, trazendo benefícios como maior transparência, eliminação de redundâncias e modernização das práticas, bem como nas dificuldades enfrentadas pelos escritórios contábeis após a implementação (Conceição et al., 2020; De Souza et al., 2023).

No contexto das micro e pequenas empresas, embora o eSocial tenha elevado a produtividade, reduzido tarefas manuais e melhorado a qualidade das informações, impôs maior complexidade às obrigações fiscais e trabalhistas, exigindo investimentos em tecnologia e reorganização interna (De Siqueira et al., 2023).

Apesar do potencial do eSocial em unificar obrigações e ampliar a transparência, persiste um baixo nível de preparo entre profissionais da contabilidade, agravado pela falta de conscientização de empregadores e colaboradores (Muller et al., 2019). Dessa forma, estudos também apontam a necessidade de capacitação contínua, adaptação cultural das organizações e investimentos tecnológicos como condições essenciais para a efetividade da utilização do eSocial, onde o nível de conhecimento técnico é determinante para o sucesso da implementação (Röhers & Kappel, 2020), ampliando a necessidade de maior cautela e qualificação profissional de contadores (Dallabona & Alves de Sousa Vigarani, 2024).

No plano profissional, a adoção do eSocial reconfigurou o papel do contador, que passou de executor operacional a gestor estratégico da informação e da conformidade, tornando-se essencial na mitigação de riscos legais e na operacionalização eficaz dos sistemas. Assim, pesquisas futuras podem buscar mapear as competências emergentes nesse novo contexto e avaliar como a formação e a atuação profissional vêm se ajustando às exigências da digitalização. Ressalta-se que essas transformações impactam não apenas os profissionais da contabilidade, mas também outras categorias envolvidas diretamente na gestão de informações organizacionais, como analistas de recursos humanos, gestores de tecnologia da informação, advogados trabalhistas e administradores, o que apresenta-se como um campo promissor de pesquisas.

4.2.3. eSocial na Administração Pública

Por sua vez, este segmento concentrou estudos que discutiam a implementação do eSocial no setor público, destacando suas implicações, principais desafios e potencialidades. As pesquisas evidenciam que, apesar do potencial de modernização do sistema, constata-se uma resistência parcial e percepção de complexidade por parte dos servidores e contadores do setor público, o que se traduz em dificuldades na adaptação cultural e na operacionalização da plataforma (BORTOLUZZI et al., 2021; Costa et al., 2018). Nesse contexto, a introdução do eSocial exige não apenas mudanças procedimentais, mas também transformações culturais nos

órgãos públicos. Os estudos apontam que apesar dos benefícios potenciais, como maior transparência e redução da burocracia, ainda é frequente a concentração das atividades em poucos profissionais, e a ausência de capacitação contínua e a comunicação deficiente entre gestores e técnicos (Costa et al., 2018).

No campo da fiscalização de contratos terceirizados, alguns estudos evidenciam que o eSocial representa uma oportunidade estratégica de sistematização e modernização dos processos, facilitando o acompanhamento de obrigações e prevenindo a responsabilização subsidiária da Administração Pública (Sette et al., 2023). No entanto, a limitação de acesso aos dados e a falta de integração entre as instâncias administrativas ainda configuram barreiras relevantes.

Os estudos convergem no apontamento da importância da capacitação permanente dos fiscais e contadores públicos, aliada à criação de instrumentos normativos e manuais padronizados que orientem a aplicação do sistema. A cultura organizacional emerge como elemento central, pois a efetiva internalização das novas rotinas depende do engajamento dos servidores e da adequação das legislações locais (BORTOLUZZI et al., 2021).

Diante desse cenário, as pesquisas sugerem a necessidade de aprofundar investigações sobre o impacto da digitalização na gestão de contratos públicos e na cultura organizacional do setor público. Estudos futuros podem explorar a criação de soluções colaborativas interinstitucionais e o desenvolvimento de ferramentas digitais integradas, capazes de potencializar os benefícios do eSocial e reduzir suas fragilidades, contribuindo para maior eficiência administrativa e fortalecimento da transparência na gestão pública.

5. Conclusões

Este estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura da produção sobre o eSocial em contexto organizacional e de gestão, buscando identificar as principais discussões e campos de pesquisa e contribuições presentes na literatura científica. A partir da análise da literatura, foi possível identificar que, embora ainda em desenvolvimento, a produção científica sobre o tema vem se concentrando em três grandes eixos: os impactos Organizacionais e Operacionais do eSocial, as percepções e Desafios dos Profissionais Contábeis sobre o tema e a aplicação do eSocial na Administração Pública.

A análise da literatura sobre a implementação do Sistema eSocial evidencia que essa ferramenta representa uma mudança significativa na forma como organizações públicas e privadas lidam com suas obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. Ao promoverem a centralização, padronização e digitalização dos dados, esses sistemas contribuíram para o fortalecimento da transparência, da rastreabilidade das informações e da capacidade de fiscalização por parte do Estado.

Contudo, os benefícios proporcionados por essa modernização vieram acompanhados de desafios substanciais. A adaptação ao novo modelo demandou mudanças estruturais nas rotinas organizacionais, investimentos em tecnologia e infraestrutura, além da capacitação contínua de profissionais de diferentes áreas. Tais exigências impactaram de forma assimétrica os diversos tipos de organizações, sendo mais severas para micro, pequenas e médias empresas, bem como para instituições públicas com estruturas rígidas e recursos limitados.

A transformação digital também ressignificou o papel de categorias profissionais diretamente envolvidas na gestão da informação, exigindo competências técnicas ampliadas,

maior articulação intersetorial e domínio de processos digitais. Além disso, a efetividade do sistema ainda enfrenta barreiras como a complexidade normativa, a desigualdade no acesso à tecnologia e a falta de políticas públicas mais inclusivas e educativas, especialmente no que tange à apropriação do sistema por trabalhadores e pequenas organizações.

As principais contribuições deste artigo concentram-se na organização temática da produção científica sobre o eSocial, oferecendo uma visão do campo acadêmico, bem como ao apontar oportunidades e temas presentes na literatura. Além disso, o artigo contribui ao sugerir agendas de pesquisa que ampliam as possibilidades de pesquisa, ao incluir não apenas os contadores, mas também outras categorias profissionais e instituições impactadas. Dessa forma, o trabalho oferece subsídios teóricos e práticos para pesquisadores, gestores públicos, profissionais da contabilidade e formuladores de políticas, colaborando para o fortalecimento do debate acadêmico e para a construção de estratégias mais eficazes de gestão digital no contexto brasileiro.

Por fim, a eficácia do eSocial depende da capacidade institucional de diferentes organizações na adaptação às novas exigências. Para que essas ferramentas cumpram plenamente seu papel na promoção da eficiência administrativa, da governança digital e da conformidade legal, será necessário um esforço coordenado entre Estado, empresas e profissionais, além da consolidação de políticas que promovam inclusão digital, suporte técnico e formação continuada.

Referências

- Almeida, M. E., Dias, T. S., Farias, R. J. de, Albuquerque, A. V. S. M., Torres, S. L. R., & Oliveira, L. F. B. de. (2020). Substituição da captação dos dados do CAGED pelo Esocial: Implicações para as estatísticas do emprego formal. *Boletim Mercado de Trabalho*, 69. <https://doi.org/10.38116/bmt69/notastecnicas3>
- Altoé, S. M. L., & Partecka, J. (2022). A implantação das novas regras do eSocial e a adaptação dos profissionais da contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão*, 11(20), 015–029. <https://doi.org/10.5965/2316419011202022015>
- Anício, A. C. T., & Silva, V. de C. (2020). Implantação do eSocial no setor de recursos humanos: um estudo de caso. *Research, Society and Development*, 9(1), e120911768. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i1.1768>
- Bomfim, K. D. F. dos S., Bomfim, T. F. dos S., Oliveira, U. A. S. M. de, Bomfim, F. R., Santos, T. L. de O., & Bomfim, Y. S. F. dos S. (2024). Programas de compliance trabalhista e esocial: a conformidade do emprego. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, 17(13), e13720. <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.13-267>
- Borges, B. D. V., Costa, M. E. D., Carneiro, A. de F., Souza, J. A., Pontes, J. A., & Massaro, A. dos S. (2019). eSocial como tecnologia de informação e comunicação governamental:

- análise integrativa das publicações nacionais entre 2013 e 2018. *Brazilian Journal of Development*, 5(7), 9359–9377. <https://doi.org/10.34117/bjdv5n7-126>
- BORTOLUZZI, C. A. P., VALENTINI, M., CAMARGO, T. F., MANFROI, L., & ZENI, E. (2021). Mudança cultural em entes públicos da esfera municipal do oeste de Santa Catarina com a implementação do Esocial. *ConTexto*, 21(47), 50–65.
- BRASIL. (2007). Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Regulamenta o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; dispõe sobre a forma de recolhimento, periodicidade, cobrança, crédito, remuneração, direito dos trabalhadores, movimentação, fiscalização, recolhimento. In *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6022.htm
- BRASIL. (2014). Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial e dá outras providências. In *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm
- BRASIL. (2019). Ministério da Economia. Portaria no 1.127, de 14 de outubro de 2019. Define as datas e condições em que as obrigações de prestação de informações pelo empregador nos sistemas Caged e Rais serão substituídas pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigaç. In *Diário Oficial da União*.
- Caon, A., & Nascimento, S. do. (2017). Percepção dos discentes de ciências contábeis sobre o sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciária (Esocial). *Revista de Contabilidade Do Mestrado Em Ciências Contábeis Da UERJ (Online)*, 22(1), 3–27.
- Conceição, F. O., Lima, L. F., & Martins, Z. B. (2020). Desafios das organizações contábeis acerca do Esocial após sua implementação. *Revista de Contabilidade Da UFBA*, 14(1), 3. <https://doi.org/10.9771/rc-ufba.v14i1.32675>
- Costa, S. L. da, Cruz, V. L., Santos, R. R. dos, & Leone, R. J. G. (2018). Implantação do eSOCIAL nas entidades públicas pela perspectiva de contadores públicos Paraibanos. *Caderno Profissional de Administração – UNIMEP*, 08(1), 91–107.
- Cynthiacarita, C. C. L. da S. B., & Fernandes, F. A. da S. (2019). Impactos do eSocial na construção civil e reflexos na segurança do trabalho. *Technology Sciences*, 1(2), 15–23. <https://doi.org/10.6008/CBPC2674-6425.2019.002.0003>
- Dallabona, L. F., & Alves de Sousa Vigarani, N. (2024). Impactos e desafios do eSocial no ambiente contábil. *Revista Catarinense Da Ciência Contábil*, 23, e3439. <https://doi.org/10.16930/2237-7662202434391>

- De Siqueira, M. L. C., Santos, M. C. de A., Maia Junior, A. J., Martins, G. O., Santana, E., & Corrêa, S. R. dos S. (2023). Reviravolta digital: o impacto do eSocial nos escritórios contábeis das empresas optantes pelo Simples Nacional. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, 16(11), 27964–27982. <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.11-192>
- De Souza, M. A. M., Barros, M. M., De Sousa, D. F., & Cavalcante, Z. P. (2023). O eSocial como base de dados para o novo FGTS digital – análise da percepção dos gestores e profissionais de contabilidade no Estado do Amazonas. *Caderno Pedagógico*, 20(6), 1981–2013. <https://doi.org/10.54033/cadpedv20n6-014>
- ESOCIAL. (2018). *Resolução do Comitê Diretivo do eSocial nº 03, de 27 de novembro de 2017*. Portal ESocial. <https://www.gov.br/esocial/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/empresas/resolucao-do-comite-diretivo-do-esocial-no-4-de-04-de-julho-de-2018>
- Lima, E. S. de, Galegale, N. V., Arima, C. H., & Côrtes, P. L. (2016). Redução nos custos de conformidade tributária e os investimentos no sistema público de escrituração digital – SPED no Brasil. *Journal of Information Systems and Technology Management*, 13(1), 101–130. <https://doi.org/10.4301/s1807-17752016000100006>
- Muller, A. C., Godoy Filho, A. R. de, & Martins, Z. B. (2019). Dificuldades para Implantação do eSocial nas Organizações Contábeis. *Research, Society and Development*, 8(2), e1882616. <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i2.616>
- Oliveira, L. da S. de, Santana, T. P., & Martins, Z. B. (2017). Perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial Perspectives of accountants in relation the implementation of the eSocial. *RMC, Revista Mineira de Contabilidade*, p. 41-53, v. 18, n., 41–53. <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/686/433>
- Orth, A. C., & Aparecida Sousa, T. (2020). Implementação do E-social e seus impactos. *Revista GEDECON - Gestão e Desenvolvimento Em Contexto*, 8(1), 87–98. <https://doi.org/10.33053/gedecon.v8i1.187>
- Pereira da Silva, H., & Brandão, I. B. dos S. (2020). Esocial: principais benefícios para o meio empresarial e as mudanças nas rotinas dos profissionais de recursos humanos após sua implantação. *Hegemonia: Revista de Ciências Sociais*, 29, 106–129. <https://doi.org/10.47695/hegemonia.vi29.308>
- Pimentel, C. N. da C., Souza, C. C. O., Silva, A. de A., Roberto, J. C. A., & Almeida, V. da S. (2024). Segurança do trabalho e as mudanças após a ciração do Esocial. *Revista Contemporânea*, 4(1), 43–80. <https://doi.org/10.56083/RCV4N1-003>

- Röhers, L. A., & Kappel, R. da S. (2020). Relação entre conhecimento especializado e o processo de implementação do Esocial nas empresas de serviços contábeis do Rio Grande do Sul. *Revista GESTO*, 8(1), 72. <https://doi.org/10.31512/gesto.v8i1.3427>
- Santos, C. O. dos, Cavalcanti, W. M., & Fernandes, C. (2021). QUAL O IMPACTO DE MODIFICAR O PROJETOS DE TI. *E-Tech: Tecnologias Para Competitividade Industrial*, 14(2), 51–66.
- Sekula, E., & Michaloski, A. O. (2018). Os eventos de saúde e segurança do trabalho relacionados ao esocial. *Revista ESPACIOS*, 39(32). <https://www.revistaespacios.com/a18v39n32/18393218.html>
- Sette, S. F., Favretto, J., & Ramos, F. M. (2023). Fiscalização de contratos públicos com fornecimento de mão de obra exclusiva à luz do eSocial: estudo de caso no IFSC. *Revista Organizações Em Contexto*, 19(37), 567–591. <https://doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v19n37p567-591>
- Silva, J. da C., Sousa, N. G. de, & Ayres, M. A. C. (2020). Esocial: Implantação E Cumprimento Na Percepção Do Profissional Contábil. *Revista Humanidades e Inovação*, 7(9).
- Tranfield, D., Denyer, D., & Smart, P. (2003). Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. *British Journal of Management*, 14(4), 207–222. <https://doi.org/10.1016/j.intman.2013.03.011>
- Vellucci, R. G., Venelli-Costa, L., Cappelloza, A., & Kubo, E. K. de M. (2018). Os Desafios da Implementação do eSocial. *Revista Da Micro e Pequena Empresa*, 12(1), 67–81. <https://doi.org/10.21714/19-82-25372018v12n1p6781>